

# Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

---

## REPRODUÇÃO E DIREITOS SOCIAIS FRENTE AO ENVELHECIMENTO DOS CAMPONESES DO ALTO CAMAQUÃ

*Marilse Beatriz Losekann, Carmen Rejane Flores Wizniewsky*

*Boletim Gaúcho de Geografia, 40: 128-140, maio, 2013.*

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38113>

---

Publicado por

## Associação dos Geógrafos Brasileiros

---



## Portal de Periódicos UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

---

### Informações Adicionais

**Email:** [portoalegre@agb.org.br](mailto:portoalegre@agb.org.br)

**Políticas:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

**Submissão:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

**Diretrizes:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

---

Data de publicação - maio, 2013.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

## REPRODUÇÃO E DIREITOS SOCIAIS FRENTE AO ENVELHECIMENTO DOS CAMPONESES DO ALTO CAMAQUÃ

MARILSE BEATRIZ LOSEKANN

CARMEN REJANE FLORES WIZNIEWSKY

### RESUMO

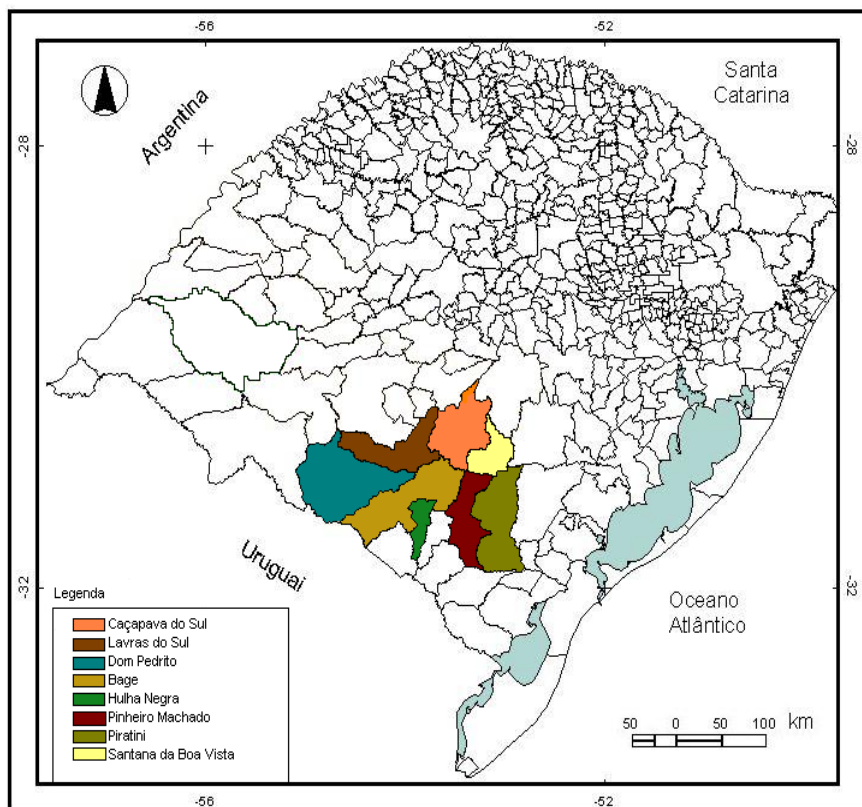
O presente artigo pretende discutir o dilema da reprodução social perante o evidente envelhecimento dos agricultores familiares camponeses das localidades Costa do Bica e Paredão, do município de Piratini, RS. Esta discussão é parte da pesquisa “Saber e Identidade dos Agricultores Camponeses da Costa do Bica e Paredão, Piratini, RS”, a qual busca compreender as estratégias de reprodução social dos camponeses de algumas localidades da Serra de Sudeste, localizada no Sul do Rio Grande do Sul. Neste artigo será tratado um tema de grande importância para as comunidades em questão: a reprodução desses camponeses face ao envelhecimento da população e a falta de acesso aos seus direitos sociais.

Palavras-chave: agricultores familiares camponeses. direitos sociais. reprodução social.

### INTRODUÇÃO

As localidades Costa do Bica e Paredão compõem o Território do Alto Camaquã, o qual compreende o terço superior da bacia do Rio Camaquã. Situados na Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul, estes territórios se encontram sob o domínio do Bioma Pampa. Esta porção do estado gaúcho engloba os municípios de Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista, Piratini, Lavras do Sul, Bagé, Pinheiro Machado e, em menores proporções, os municípios de Dom Pedrito e Hulha Negra, (conforme figura 1) compoem uma área total de 8.300 km<sup>2</sup>, uma população principalmente rural de aproximadamente 35 mil habitantes (FEPAM, 2007) tendo em sua economia destaque na agricultura e a pecuária familiar com base camponesa, das quais resultam formas e processos da construção histórica do território rio-grandense que ainda hoje imprimem suas marcas nesta paisagem.

Figura 01 – Mapa de localização dos municípios que compõem o Alto Camaquã/RS.



Fonte: Projeto Alto Camaquã. Org.: LOSEKANN, M.B., (2010).

Neste contexto, os agricultores familiares camponeses em questão, apresentam em grande medida, uma invisibilidade frente às instituições que promovem políticas públicas, tanto no que se refere à ausência de formação e educação dos sujeitos com vistas a um empoderamento e autonomia produtiva, como aos mais básicos direitos sociais. Esta invisibilidade é percebida na medida em que parte significativa dos camponeses com idade de se aposentar não acende aos direitos previdenciários, por não conhecer os procedimentos para tal benefício. Não obstante, esses camponeses idosos da Costa do Bica e Paredão, já apresentam limitações para desenvolver as atividades produtivas, e não dispõem dos benefícios previdenciários, fato que gera um agravamento dos problemas sociais.

O presente trabalho focou-se na essência do ser, na experiência de vida dos “camponeses” (WANDERLEY,1996), que trata-se de uma população que apresenta

um significativo envelhecimento e de como estes percebem o seu lugar a partir da interação com o local e o global. Assim, optou-se pela pesquisa qualitativa e o estudo de caso, entre os instrumentos de investigação foram utilizados a entrevista semi-estruturada e a observação da paisagem.

## OS CAMPONESES EM QUESTÃO

O território pesquisado é marcado pela presença histórica dos latifúndios que, através do sistema de sesmarias, resultaram em uma estrutura agrária concentradora de terra e renda que se estendeu até a contemporaneidade. Também merece destaque a concessão de Datas, que foram doações de terras em menores dimensões para militares de patentes mais baixas e imigrantes açorianos, assegurando naquele espaço, de predomínio das grandes propriedades, pequenas explorações familiares produtoras de alimentos.

Este sistema se caracteriza pela grande desigualdade, originando um número considerável de lavradores, ex-peões, ex-escravos, que não tiveram acesso legal a terra e por isso se estabeleceram como posseiros, ou pelos descendentes de indígenas que têm seus direitos seculares de acesso a terra negados. Por isso, não há como desvincular a agricultura familiar camponesa do latifúndio, visto que é a relação desigual entre estas que foi responsável pela configuração do território agrário Rio-Grandense, constituído assim pela combinação de agricultores familiares camponeses, pastores, lavradores, ao lado das grandes estâncias.

A respeito das origens sociais do campesinato tradicional no Brasil, Martins (1986:31-32) afirma que no período colonial, “quem não tivesse sangue limpo, quem fosse bastardo, mestiço de branco e índia, estava excluído da herança”. Com o fim da escravidão indígena, no século XVII, o índio e o mestiço entraram para o rol dos agregados das fazendas, excluídos do direito de propriedade, obrigados ao pagamento de tributos variados. Estes desempenhavam funções ao mesmo tempo complementares e essenciais numa economia baseada no trabalho escravo.

No presente trabalho, o termo camponês se refere aquele trazido no conceito de agricultor familiar de Wanderley (1996, p.3) no qual

a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global. (WANDERLEY, 1996, p.3)

No Rio Grande do Sul a grande propriedade deu origem a algumas situações curiosas. Numa região de baixíssima densidade demográfica como a do RS do século XIX, existiam homens com dificuldades para se estabelecerem como agricultores livres. Em geral esses homens são mestiços de origem indígena, por-

tuguesa e africana, originando o lavrador do sul do Brasil. Os moradores expulsos das estâncias e os antigos “gauchos” se instalaram em pequenos lugares baldios entre as estâncias, construindo pequenas casas (Chonchol, 1996). Dessa maneira, o local onde se desenvolve a presente pesquisa apresenta uma cultura diferenciada, marcada pelo reduzido tamanho das unidades familiares, por uma topografia desfavorável e pela influência da colonização portuguesa em meio a uma cultura de latifúndio e criação extensiva de gado e, na última década, pela implantação do projeto monocultor de florestamento por empresas transnacionais.

Os sujeitos em questão são resultado da miscigenação entre indígenas (tupiguarani e tape), açorianos, africanos (ex-escravos), sobre uma área que secularmente foi uma zona fronteira em litígio e um território onde predomina o poder do latifúndio pastoril em confronto com a agricultura camponesa. A agricultura familiar está presente na disputa por este território que abrange o Bioma Pampa<sup>1</sup> e reproduz práticas que permitem a coexistência do homem com a natureza.

## **PERMEANDO SUAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO PERANTE A FALTA DE ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS**

As localidades Costa do Bica e Paredão são marcadas tradicionalmente por práticas produtivas como a pecuária familiar, porém, estas vêm sofrendo forte transformação nas formas tradicionais de produção devido à pressão de atividades como a silvicultura, o envelhecimento dos camponeses, e o abandono do campo principalmente por parte dos jovens. Essa pressão pode ser percebida na redução dos rebanhos e dos cultivos agrícolas tornando esses camponeses menos autônomos e mais dependentes de políticas públicas como a bolsa família, além da inserção, mesmo que parcial, em atividades pluriativas.

Contudo, nas suas práticas, ainda se revela o saber que dialoga com a natureza e que foi aprimorado ao longo de gerações, possibilitando a permanência e reprodução social daqueles que ainda persistem no seu lugar. Para entender as práticas produtivas na Costa do Bica e Paredão, é de fundamental importância retomar algumas considerações acerca da estrutura fundiária dessas localidades, que embora apresente como média do tamanho das unidades produtivas 40 hectares, uma grande quantidade desses agricultores camponeses possui bem menores, com 10 a 15 hectares. Considerando que o módulo rural do município de Piratini é 35 hectares, muitos destes camponeses possuem áreas consideradas minifúndios.

Além do tamanho das unidades produtivas, cabe ressaltar ainda que as características topográficas do lugar se impõem como outro fator que dificulta a

---

1 O Bioma Pampa, segundo Suertegaray e Pires da Silva (2009), abrange regiões pastoris de planícies nos três países da América do Sul - cerca de dois terços do estado brasileiro Rio Grande do Sul (17,6 milhões de hectares da metade sul), as províncias argentinas de Buenos Aires, La Pampa, Santa Fé, Entrerrios e Corrientes e a República Oriental do Uruguai

utilização de parte significativa das unidades, visto que, as terras se localizam em áreas de grande declividade – geralmente superior a 45 graus – se apresentando como obstáculo a produção, também em função das características dos solos que são rasos. Muitos não conseguem utilizar sequer a metade da terra que possuem. No caso do entrevistado AF3<sup>2</sup>, do total de 116 hectares, 70% é constituído de vegetação nativa ou áreas íngremes com afloramento rochoso e, portanto não é utilizada. Faz-se necessário considerar que a unidade de produção familiar é responsável por sustentar uma família de nove pessoas, sendo a esposa do entrevistado (AF3), sua mãe, seus quatro filhos e dois netos, pois seus filhos trabalham em regime de parceria.

Concordamos com Tedesco (1999) em relação a sua concepção de que se por um lado a estrutura fundiária pode representar um fator restritivo na relação terra-trabalho-produção, por outro, os elementos de ordem cultural redimensionam a lógica capitalista e dão ao modo de vida camponesa a importância para demonstrar uma ressignificação na valorização da terra, do trabalho e da família.

Nesse sentido, Paulino (2008:325) afirma que “a posse da terra não pode ser o único símbolo da condição camponesa”, já que para garantir a sua permanência e reprodução social, muitas práticas são adotadas como o trabalho em parceria, que ocorre mais entre aqueles que possuem vínculo de parentesco. É o caso do entrevistado AF9 que por possuir apenas 26 hectares, cuja maior parte não pode ser utilizada para produção pelos fatores já citados anteriormente, planta em parceria com o sogro. Outra estratégia para se manter produzindo na terra é a prática do arrendamento, muito comum em função do envelhecimento da população destas localidades, assim, os que ainda estão em condições de desempenhar o árduo trabalho do campo arrendam pequenas quantidades dos seus vizinhos idosos. Desta maneira, ambos conseguem suprir as necessidades mínimas e garantir a permanência no campo.

Ainda sobre a situação fundiária destes camponeses cabe ressaltar que a grande maioria não possui a posse legal da terra. O motivo se apresenta pelo processo histórico no qual se formaram estas comunidades camponesas, já que estes camponeses em questão se estabeleceram nestes lugares afastados e de terreno íngreme, pois as melhores áreas já haviam sido ocupadas pelos latifúndios doados pela Coroa Portuguesa, assim como, por servir de esconderijo para escravos.

Conforme o entrevistado AF10 a grande dificuldade para legalizar a terra está no alto custo cobrado pelo único cartório da cidade de Piratini, já que para registrar cinco hectares custa R\$520,00, o que se torna um custo relativamente elevado. Esta situação não permite que estes possam usufruir de financiamentos como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e dificulta o acesso aos direitos sociais como a aposentadoria rural. Ressaltamos a relevância do acesso à previdência social rural que foi consolidada com a Consti-

---

2 No decorrer do texto utilizamos a abreviação “AF” (Agricultor Familiar) para fazer referência às falas dos agricultores familiares entrevistados, juntamente com o número correspondente a cada sujeito entrevistado.

tuição Federal de 1988, e assim, passou a propiciar uma singular transferência de renda e consequente efetividade na redução das desigualdades sociais no campo. Muitos estudos, como o apontado por Schiefelbein (2011), demonstram que os benefícios pagos aos previdenciários ajudam na manutenção da propriedade, no custeio agrícola e principalmente na sustentação de membros da família que se encontram desempregados ou em subempregos cuja renda não é suficiente para atender as necessidades familiares. No entanto, dos 11 entrevistados, oito já atingiram a idade exigida para usufruir do benefício, porém, destes, apenas dois são aposentados.

Além de não possuírem a posse legal da terra, outro grande problema é o desconhecimento dos seus direitos sociais por serem, em grande medida analfabetos, o que mais uma vez os tornam invisíveis perante as políticas públicas, são sujeitos esquecidos pelo Estado, como constata o AF9 de 64 anos, e ainda não possui o benefício previdenciário, “a gente precisava de ajuda para resolver isso”.

É oportuno que se faça algumas considerações a respeito do benefício previdenciário rural para que percebamos o quão excluídos desse direito estão os sujeitos da presente pesquisa. O pequeno trabalhador rural é considerado um segurado especial na Previdência Social do Brasil, só não pode se aposentar por tempo de contribuição e sim por idade, tendo um redutor de cinco anos comparado com os demais segurados, homens precisam ter 60 anos e mulheres 55 anos, e sua renda é sempre fixada em um salário-mínimo.

A documentação para encaminhar a aposentadoria é bem simples, basta apresentar seus documentos pessoais, bloco de produtor rural com emissão de uma nota por ano, podendo ser uma a cada três anos, além de apresentar comprovação da terra onde exerce sua atividade. A terra pode ser própria ou de terceiros. No caso de terceiros tem que apresentar um documento que comprove de que forma utiliza a terra. Pode ser arrendamento, parceria, cedência, ou qualquer outra forma. O contrato tem que ser feito na data em que começou a atividade, tem que estar registrado em cartório ou com reconhecimento das assinaturas que comprovem a data em que foi firmado.

O prazo mínimo de atividade comprovada para obter o benefício de aposentadoria por idade é de 15 anos para quem iniciou suas atividades após 07/1991 e antes dessa data segue a tabela progressiva que este ano está em 14 anos. Também o tamanho da terra trabalhada não pode ser superior a quatro módulos fiscais. Quem cultiva acima desse mínimo é contribuinte obrigatório e nesse caso terá que contribuir mensalmente para ter direito aos benefícios da Previdência.

Assim, é possível perceber que os agricultores camponeses se enquadram nas exigências relativas ao tamanho da propriedade, além de a maioria possuir a idade exigida. No entanto, os maiores empecilhos acabam sendo a falta de comprovante legal da posse da terra ou do trabalho em parceria e arrendamento, que são firmados apenas pela “palavra”, ou seja, contratos verbais que não possuem validade, juntamente com a falta de conhecimento sobre seus direitos sociais. Portanto, os que não se enquadram nas exigências previdenciárias, são obrigados

a contratar um representante legal, e como não podem pagar, permanecem sem reivindicar o que seria de direito, justificando a falta de acesso aos direitos sociais de parte importante dos idosos sujeitos desta pesquisa.

Contudo, na pesquisa foi possível perceber que dentre os empecilhos para a reprodução social o mais notório é o envelhecimento dos camponeses destas comunidades. Embora as famílias sejam numerosas, a comunidade é formada basicamente por idosos, uma vez que os jovens migraram para a cidade, sendo a maior parte para a região metropolitana de Porto Alegre, na cidade de Alvorada. Portanto, ao longo dos últimos 20 anos o êxodo rural vem se acentuando, pois famílias inteiras abandonaram esta localidade, e importantes rugosidades que comprovam a ocupação do território no passado são as “taperas” (unidades produtivas abandonadas) que podem ser visualizadas na figura 02.

Figura 02 - Foto de tapera



Fonte - LOSEKANN, M.B. Trabalho de campo. Setembro de 2010.

Aqueles que permanecem, realizam trabalhos temporários como a colheita de pêsego próximo a Pelotas, secagem de arroz em Santa Vitória do Palmar, colheita de maçã em Vacaria, sendo esta a principal renda. Foi constatado na presente pesquisa, que os camponeses são, como já foi dito, em sua maioria maiores de 60 anos, têm um profundo apego ao lugar e a forma de vida simples, onde são preservados os valores do passado, assim como a forma de se relacionar, e de produzir. Neste contexto, a falta de mão-de-obra para os trabalhos do campo faz com que algumas atividades produtivas tenham sido abandonadas, permanecen-



do aquele espaço para atividades mais relacionadas ao autoconsumo, conforme exemplificado na figura 03, as atividades desenvolvidas são basicamente a pecuária familiar de ovinos, bovinos, suínos.

Figura 03 – Pecuária familiar. Imagem superior à esquerda: gado pastando sobre a vegetação nativa; imagem superior à direita: ovinos; imagem inferior à esquerda: galinhas e vaca; imagem inferior à direita: porcos.



Fonte – LOSEKANN, M.B. Trabalho de campo. Setembro de 2010.

Para tentar reverter esta situação e garantir a permanência desses sujeitos no campo, algumas políticas públicas foram adotadas por parte da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) em conjunto com a Prefeitura de Piratini. Dentre estas tentativas estão um projeto experimental de plantação de mamona para fabricação de biodiesel. Segundo o AF2 este projeto teve muito apoio da UNAIC (União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu e Região), a qual incentivou os agricultores a plantar distribuindo a semente, 2 mil Kg de calcário, 5 sacos de adubo e 1 saco de uréia para cada hectare plantado, além de comprar a mamona produzida pagando R\$ 0,70 o quilo para o agricultor. Sobre este programa expomos a percepção de um dos entrevistados:

Acho que é uma boa alternativa, pois é uma fonte de energia renovável e gera renda para os agricultores, também porque o solo daqui está enfraquecido e a mamona ajuda a recuperar porque suas folhas viram adubo

Porém, o projeto não deu certo, ninguém mais planta mamona nestas localidades. O mesmo ocorreu com a tentativa de implementar a fruticultura com a produção de Pêssego. Os agricultores atribuem o fracasso as mudanças climáticas e ao enfraquecimento do solo ao fazer comparações com a produção realizada no passado, como exemplificado na afirmação abaixo,

O clima tá muito ruim, frio fora de época, chuva, calor de mais... antigamente não era assim, antes se podia trabalhar ao meio-dia batendo feijão, hoje não da mais está muito quente. Quando eu era criança dava muito trigo, aí não deu mais, dai começaram plantar feijão que também parou de dar (AF2).

Já cheguei a tirar 260 sacos de feijão em uma colheita, tudo a foice, no braço, hoje não adianta mais planta porque não da nada (AF10).

Até 10 anos atrás estas localidades foram responsáveis por grande produção de feijão, inclusive o comércio deste, era feito por um caminhão que recolhia o produto nas propriedades e negociava individualmente com cada camponês. Uma das explicações dadas pelos camponeses para a diminuição da produção de feijão seria, segundo o que a Emater os informou, ou seja, o solo ficou fraco, se esgotou. Porém, os agricultores apontam outro fator, a falta de mão-de-obra, já que a os jovens foram e continuam indo embora e os idosos não tem mais disposição para trabalhar no pesado. Além da tradicional pecuária familiar também se mantêm, em pequena escala, a produção de milho (figura 04) que se caracteriza como um dos pilares produtivos da agricultura familiar camponesa.

Figura 04 - Galpão utilizado para armazenar milho.



Fonte - LOSEKANN, M.B. Trabalho de campo. Setembro de 2010.

O que percebemos nos seus relatos é que estes programas que visam implementar atividades geradoras de renda são pensados fora das comunidades, ou seja, são modelos de desenvolvimento exógenos, que são trazidos prontos sem considerar as reais condições do local, desconsiderando os saberes e as práticas dos camponeses. A falta de conhecimento para produzir a mamona ou árvores frutíferas, cujas espécies não fazem parte da sua cultura, foram os maiores empecilhos, já que o programa não proporcionou um processo educativo para que estes camponeses aprendessem os cuidados para com estas produções.

Avaliamos que talvez um projeto que visasse incentivar alguma de suas práticas tradicionais, como o cultivo de milho ou a pecuária familiar, surtiria melhores resultados. Pois concordamos com Sevilla Guzmán (2002) quando este afirma que o externo se incorpora ao endógeno quando tal assimilação respeita a identidade local e, como parte dela, a auto-definição de qualidade de vida. Sendo assim, trabalhando com a singularidade do lugar, com a ecologia local, com a força de trabalho, etc. o desenvolvimento endógeno torna-se um caminho para a construção de diferentes estratégias na busca pela sustentabilidade e para a efetivação de uma racionalidade ambiental. Neste processo, os indivíduos são sujeitos do desenvolvimento, ao contrário do que ocorre no desenvolvimento exógeno.

## CONSIDERAÇÕES

A forma de viver dos agricultores familiares camponeses da Costa do Bica e Paredão está presente na história do lugar e da reprodução social camponesa. Percebeu-se que esses camponeses passaram por processos de fortalecimento dos laços com o lugar, estabelecendo uma forte relação com a natureza, sentimento de pertencimento que vem dos antepassados, marcados na história de vida desses sujeitos.

O fato das localidades em questão não terem acesso às políticas que visam uma maior autonomia produtiva, deve-se a várias causas, onde merece destaque o fato de estarem distantes da sede do município, e de um isolamento cultural, fruto de sua história, desencadeando um isolamento social bastante acentuado destas famílias camponesas, que é perceptível nas escassas relações sociais. Mas também foi constatado um isolamento institucional, ou seja, os camponeses não conhecem muitas vezes seus direitos de cidadãos.

O envelhecimento da população é uma realidade constatada nas localidades estudadas, já que os mais jovens abandonam o campo em função das dificuldades de deslocamento para estudar e para aperfeiçoar seus conhecimentos para melhorar a capacidade do autoconsumo e de geração de renda. Neste sentido, os jovens não resistem aos atrativos da cidade, e acabam por migrar para centros maiores, como Alvorada, Pelotas e Rio Grande. Ressalta-se também a ausência de políticas de regularização de terras, gerando impedimentos a outras políticas de financiamento, que afastam os camponeses da produção para o mercado. Esses fatores acabam por direcionar os camponeses a ceder suas terras para as empresas de florestamento, levando-os a abandonar a terra.

A falta de acesso aos direitos sociais e previdenciários de parte significativa dos camponeses entrevistados é extremamente preocupante pelo fato de que os mesmos têm direitos e por não ter conhecimento dos mesmos, esses camponeses acabam sofrendo por falta de condições dignas de sobrevivência, já que sozinhos e idosos já não conseguem trabalhar para garantir a sobrevivência e permanência no lugar. Assim percebe-se a necessidade de políticas de regularização de terras e de incentivo a produção, que podem inclusive contribuir para a permanência dos mais jovens no campo.

## SOCIAL RIGHTS AND REPRODUCTION FRONT OF THE PEASANTS AGING OF ALTO CAMAQUÃ

### ABSTRACT

The present article intends to discuss the dilemma of social reproduction in face

of the evident aging of family farmers in the localities of “Costa do Bica” and “Paredão”, in the city of Piratini, RS. This discussion is part of the survey “Knowledge and Identity of Peasant Farmers of Costa do Bica and Paredão, Piratini, RS,” which seeks to understand the strategies of social reproduction of peasants in some places located at south-eastern Sierra in Southern Rio Grande do Sul state. In this article, themes of great importance to the communities in question will be treated: the reproduction of these peasants facing the aging of the population and the lack of access to social rights.

Keywords: family farmers. Social rights. Social reproduction

## ENVEJECIMIENTO DE LOS CAMPESINOS DE ALTO CAMAQUÃ

### RESUMEN

Este artículo aborda el dilema de la reproducción social ante al envejecimiento de los agricultores campesinos de las localidades rurales de Costa do Bica y Paredão, ubicadas en la ciudad de Piratini, RS. Esta discusión es parte de la investigación académica “Conocimiento e identidad de los campesinos de Costa Bica y Paredão, Piratini, RS”, que busca entender las estrategias de reproducción social de los campesinos en algunas partes del sudeste de la Sierra ubicada en el sur de Rio Grande do Sul. Este artículo tratará de un tema de gran importancia para las comunidades en cuestión: la reproducción de estos campesinos frente al envejecimiento de la población y la falta de acceso a los derechos sociales.

Palavras chave: campesinos. derechos sociales. reproducción social.

### REFERÊNCIAS

CHONCHOL, Jacques. Sistemas Agrarios en América Latina: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora. Chile: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1996, 445 p.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – FEPAM e secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA. Zoneamento Ambiental para atividade de silvicultura. Vol. I e II. Porto Alegre, Janeiro de 2007.

MARTINS, J. de S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1986.

MERLEAU-PONTY, M. Fenomenología de la percepción. Barcelona: Ediciones Península, 1975, 465 p.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Território e campesinato: da teoria à práxis. Revista Terr@Plural,

Ponta Grossa, 2 (1), jul./dez., 2008, 199-211 p.

PAULINO, ElianeTomiasi. Por umageografia dos camponeses. São Paulo:

UNESP, 2006, 428 p.

SCHIEFELBEIN, Adriana. OS IMPACTOS DA PREVIDENCIA SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SILVEIRA MARTINS-RS. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em geografia e Geociências)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011, 89 p.

SEVILLA GUSMÁN, Eduardo. A perspectiva sociológica em agroecología: uma sistematização de seus métodos e técnicas. In: revista: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar. 2002, 36-51 p.

SUERTEGARAY, D.M.A., PIRES DA SILVA, L.A. Tche Pampa: Histórias da natureza Gaúcha. (42-59p.) In PILLAR, V.P.. [et. al]. Editores. Campos Sulinos: Conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009, 403 p.

TEDESCO, J, C. Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999, 331 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX Encontro Anual da ANPOCS, 20, Caxambu/MG,1996, ANAIS.